



## **Escrevivências: compreensão do ser interseccional na operacionalização do conhecimento matemático pela maioria minorizada**

**Escrevivências: understanding the intersectional being in the operationalization of mathematical knowledge by the minority majority**

**Cidylene Maria Izabel<sup>1</sup> • Carolina Tamayo Osório<sup>2</sup>**

**Resumo:** A compreensão do não ser, a invisibilidade e o silenciamento de corpos negros são marcados pelo abandono social, intelectual destes corpos que constantemente são subordinados à perspectiva branca hegemônica. Assim surge esta pesquisa, a partir de questões que se sobrepõem a descobertas da pesquisadora na construção como mulher negra e periférica, relacionadas à sua experiência como professora de Matemática em escolas públicas. Nosso objetivo é compreender a experiência escolar com a Educação Matemática de gerações de mulheres negras egressas da educação básica de uma escola pública da periferia de Santa Luzia, para ressignificar o currículo de Matemática em uma perspectiva decolonial. Discutimos sobre o conceito de raça enquanto ferramenta de operacionalização do conhecimento e como a branquitude normativa pedagogicamente não reconhece elementos racializados da maioria minorizada. Porém tornar-se negra, para além de reconhecer traços fenotípicos é reelaborar potencialidades. Metodologicamente a partir *das escrevivências* de Evaristo (2020) com uma escrita para além da descrição de si, mas dizendo de uma coletividade, pretendemos desenvolver uma pesquisa narrativa que acolha as vivências interseccionais destas mulheres negras para a promoção de uma educação antirracista, alinhada à Lei nº 10.639/2003 e 11.645/08 que determinam o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras em um currículo de educação matemática.

**Palavras-chave:** Educação Matemática. Mulheres Negras. Currículo Escolar. Decolonial.

### **1. Apresentação.**

A compreensão do não ser, da existência do sujeito universal que invisibiliza as individualidades atravessam de forma cotidiana existências sociais e intimida pessoas negras. Lembro-me do constrangimento que me acompanhava em situações aparentemente banais, como estar em um supermercado. Nunca ouvi de forma explícita quais regras deveria seguir, mas normas implícitas já estavam inscritas em mim, orientando cada gesto e comportamento. Essa experiência pessoal revela, como aponta Fanon (2008), a interiorização das violências simbólicas que estruturam a sociedade colonial e pós-colonial, internalizando estruturas de opressão. Dialoga também com as reflexões de Carneiro (2023), ao evidenciar como a

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais; Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social; Linha de Educação Matemática; e-mail: [cidyizabel2016@gmail.com](mailto:cidyizabel2016@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Campinas. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais; Linha de Educação Matemática; e-mail: [tamayo.carol36@gmail.com](mailto:tamayo.carol36@gmail.com)



branquitude universaliza-se como norma, relegando as pessoas negras ao lugar de alteridade e subordinação. Ao mesmo tempo, encontro eco em Kilomba (2019), que mostra como essas instruções silenciosas operam como dispositivos de controle, impondo limites ao corpo negro em espaços públicos. Minha trajetória, portanto, se inscreve nesse tensionamento entre experiência individual e processo coletivo de sujeição e resistência.

Neste processo de elaboração dos significados da minha negritude, um trecho do livro “Querido estudante negro” de Carine (2023) me afetou de diversas maneiras:

“Vou sempre para a escola *um brinco só*. Mainha diz: já que nascemos pobres com a pele escura, pelo menos temos que ser limpas e arrumadas. [...] não corra à toa também não, hein? A gente vai pro mercado e você não me abra a bolsa lá dentro. Não é pra tocar em nada, fica com as mãos sempre à mostra na saída.”  
(Carine, 2003, p. 24).

O constrangimento vivenciado todas as vezes que estava no supermercado parecia não ter explicação. No entanto, considerando as intersecções que atravessam minha experiência de ser mulher, periférica e negra<sup>3</sup>, é a partir desse lugar de fala repercutido pela necessidade de ocuparmos espaços estratégicos (Ribeiro, 2018), que me estabeleço intelectualmente como pesquisadora. É nesse lugar de sobreposições, entre vivências pessoais e profissionais no ambiente escolar, que encontro tanto a possibilidade de produzir conhecimento quanto o desafio de transformar a escrita acadêmica em um espaço de afirmação e resistência. A vulnerabilidade identitária, especialmente entre mulheres e homens negros, sujeitos historicamente marginalizados, contribui para a desqualificação e a desvalorização de intelectualidade. A insegurança intelectual, frequentemente acompanhada de incertezas quanto à própria competência técnica, contribui para o surgimento de sentimentos de inadequação, que fazem acreditar que negras e negros não pertencem a determinados espaços.

Esse processo subjetivo, marcado pela autocrítica exacerbada e pela dificuldade em reconhecer conquistas, leva a percepção de si mesma como uma fraude, abrindo espaço para a manifestação da chamada síndrome da impostora, termo explorado pela primeira vez em 1978 pelas pesquisadoras Pauline Rose Clance e Suzanne Ament Imes. Embora apresente

---

<sup>3</sup> Para a escrita deste projeto de mestrado usamos em ocasiões a primeira pessoa do singular, articulando a pesquisadora, sua trajetória como mulher negra e a escola, tanto do lugar como alguém que foi escolarizada pela educação básica brasileira, como alguém que na atualidade se desempenha como professora na escola pública no contexto periférico.



competência técnica consistente, a pessoa tende a desconsiderar suas próprias capacidades, atribuindo conquistas a fatores externos, como sorte, acaso ou oportunismo. Esse padrão de pensamento revela a dificuldade em reconhecer o próprio mérito, característica marcante da síndrome do impostor. A orientação no mestrado tem sido fundamental nesse ponto, pois, por meio do apoio de minha orientadora, pude acreditar tanto na minha capacidade de produção de conhecimento acadêmico quanto na relevância da nossa proposta de pesquisa. Fortaleceu minha busca por ressignificar um currículo de Matemática que contemple as vivências de mulheres negras que, assim como eu, podem utilizar esse campo de saber como instrumento de emancipação social e intelectual.

E de onde vem meus passos? Na década de 1960, meus pais mudaram-se para o bairro São Benedito, na cidade de Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte (MG). Meu pai, vindo de Jaboticatubas, pequeno município a 63 km da capital, buscava trabalho para sustentar sua mãe. Minha mãe, filha de caminhoneiro, deixou Cachoeira do Campo, maior distrito histórico de Ouro Preto. Embora não tenham concluído o ensino fundamental, meu pai se profissionalizou como pedreiro e torneiro mecânico, enquanto minha mãe atuou como manicure e diarista.

Cresci ouvindo “*Tá bom minha filha... para nós já é muito, onde você pensa que vai chegar?*”. Estas foram frases repetidas pela minha mãe, uma mulher negra periférica cujos sonhos foram adiados e com o tempo roubados... Na verdade não compreendia por que não cabia em nossa realidade *QUERER*... querer estudar, querer ser, querer... Acredito que minha mãe, ainda que também sem discernimento das implicações da sua fala, entendia nossa subalternidade enquanto mulheres negras. Minha mãe, que já com 19 anos me abrigava em sua barriga, deixando para trás aspirações, desejos e vontades enquanto mulher jovem casada que era, desconhece até hoje a classificação do francês François Bernier que em 1684 qualificava como raça a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados. Categorias e concepções que “*Servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É nesse sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido*” (MUNANGA, 2004).

Sou professora da Educação Básica e, no processo de autorreconhecimento como mulher negra, desenvolvi algumas experiências de intervenção pedagógica no âmbito das Relações Étnico-Raciais. Em uma dessas atividades, realizada em período próximo ao Dia da



Consciência Negra, abordamos em sala de aula os conceitos de *fenótipo*, entendido como o conjunto de características observáveis, como cor da pele, textura do cabelo, formato do nariz e da boca e de *genótipo*, relacionado à composição genética, não diretamente perceptível. Durante o debate, uma colocação de um estudante, que permanece significativa em minha trajetória docente, foi a seguinte: *‘Então, professora, é possível identificar uma pessoa negra apenas pela observação, mas não conseguimos saber se as pessoas brancas são, de fato, brancas geneticamente’*. O conceito de raça, na afirmação do estudante não é de origem genética, mas resulta de uma ideologia de poder para dominação.

A psiquiatra, psicanalista e escritora brasileira cuja obra é referência sobre os aspectos sociológicos e psicanalíticos da negritude, Neusa Santos (1983) no livro *“Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”*, descreve que o “lance do negro é a pobreza em todos os sentidos: financeira e intelectual” (p.28). Para mim, ao ouvir minha mãe dizer *“tá bom minha filha”* significava também pobreza de querer. Esse esvaziamento de sonhos e histórias são valores incorporados do sistema colonial que desumaniza às mulheres e homens negros. A partir da afirmação do sistema de poder, dos privilégios que moldam a sociedade moderno/colonial e a percepção do “outro”, a branquitude se constrói e reconstrói histórica e socialmente ao receber influência da negritude (CARDOSO, 2008). Na época, eu não tinha entendimento destes conceitos e nos desdobramentos dessa fala carregada de desesperança e dor, por isso continuava querendo...

Tornar-me negra traz em si um legado para gerações futuras da minha família, minha negritude trouxe a verdade que temia dizer em voz alta: Sou negra!!! Saber-me negra foi mais do que identificar fenótipos como a cor da minha pele, meus lábios carnudos e a textura crespa do meu cabelo, foi muito além da constatação do óbvio, que me ver negra no espelho. Saber-se negra é ter sonhos confusos, submetidos a exigências, porém também é renascer em sua história e reelaborar suas potencialidades como testemunha (SANTOS, 1983).

É assim que hoje me encontro na condição de pesquisadora, com o desejo de ouvir sobre as vivências escolares na educação básica de mulheres negras das décadas de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010 na cidade de Santa Luzia, e assim compreender/analisar a experiência escolar com a Educação Matemática através dos olhos delas.



## 2. Objetivos

A educação é um direito de todos, prevê o artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Ainda no âmbito da legislação, a Lei de Diretrizes e Bases educacionais brasileira preconiza que “a educação abrange os processos formativos desenvolvidos na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996), tornando-se ferramenta de transformação social. Por sua vez, a educação pública também é direito e dever de todos, e no que diz respeito à incumbência do Estado em relação à escola, segundo Saviani (1986), a educação deve servir aos interesses populares garantindo a todos conhecimentos que oportunizem aprendizado para a vida adulta.

A branquitude normativa está presente nas práticas pedagógicas, afetando o desenvolvimento, a saúde física e mental desde o berçário, tornando contextos pedagógicos desarticulados com elementos raciais, não identificando etnicidades (DIAS, 2014). Reconhecer, a partir de problemas sociais como racismo, classismo e sexismo, a condição de sujeitos que, embora numericamente majoritários, são tratados como minoria, *maioria minorizada* (SANTOS, 2020), possibilita avanços em direção à equidade educacional. As intersecções raça, classe, sexualidade e gênero atravessam essas mulheres de forma singular e podem orientar experiências decoloniais nos processos educacionais da e na escola principalmente nas periferias.

É imprescindível considerar que as distintas formas de discriminação e opressão, como racismo, sexismo, classismo, entre outras, manifestam-se de maneira interdependente, e não como fenômenos isolados, mas se entrecruzam, produzindo experiências particulares de marginalização social. Essas questões abrem um horizonte de investigação acerca da relevância de discutir as experiências de mulheres negras.

## 3. Metodologias enegrecidas

Por meio de uma escuta enegrecida, em substituição à perspectiva branca hegemônica, nossa proposta metodológica para a dissertação de mestrado é entrelaçar vivências, memórias em uma escrita para além da descrição de si, mas que diz de uma coletividade (Evaristo, 2000). Com o objetivo de produzir conhecimento em uma perspectiva decolonial nos interessam os



modos de construção das suas subjetividades, como conceituam aprendizagens matemáticas, quais são suas concepções sobre a negritude. Em combate ao racismo estrutural, na busca por um ambiente escolar mais representativo e em cumprimento à obrigatoriedade do ensino de história e cultura afrobrasileira na escola regulamentado pela legislação 11.645/2008 junto a lei 10.639/2003, questionamos como a partir de escriturais pode-se (re)educar o currículo escolar (de Matemática) proporcionando uma educação antirracista, reflexiva, ética e comprometida com a diversidade étnico racial.

“A nossa escriturais não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa-grande”, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”, afirma Conceição Evaristo. Mulher negra que cresceu na periferia de Belo Horizonte, é mestre em literatura brasileira pela PUC-RIO (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e doutora em literatura comparada pela UFF (Universidade Federal Fluminense). Reconhecida como uma das vozes mais influentes da literatura brasileira contemporânea. Em 29 de setembro de 2025, tornou-se a primeira mulher negra a receber o título de Doutora Honoris Causa concedido pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Promover a valorização da diversidade e legitimar a produção de conhecimento da população negra é fundamental para decolonizar o currículo. Nesse processo, deparar-me com as trajetórias intelectuais de Maria da Conceição Evaristo de Brito, Beatriz do Nascimento, Lélia Gonzalez, Djamilia Ribeiro, Neusa Santos, Nilma Lino Gomes, Bárbara Carine e tantas outras mulheres negras, é como encontrar o nosso rosto, a nossa subjetividade, provoca um impacto profundo, revelando uma realidade historicamente invisibilizada.

Escriturais, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. (EVARISTO, 2020)

Estudos do Programa das Nações Unidas feito no Brasil, 84,5% das pessoas, sem importar qual sexo, tem algum tipo de preconceito contra as mulheres. As áreas onde meninas e mulheres enfrentam são discriminadas incluem a ideia de que as mulheres possuem menos direitos que os homens, a importância da universidade é maior para os homens do que para as mulheres, etc. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua



(Pnad) o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) aponta que no 3º trimestre de 2024 o rendimento médio das mulheres é 22% menor do que dos homens. A pesquisa ainda aponta que mulheres em cargos de direção e chefia recebem por ano R\$40.000,00 a menos que homens que ocupam a mesma função. A diferença salarial entre uma mulher negra com ensino superior e um homem não negro com o mesmo grau de escolaridade, é de R\$ 4.885,00.

Apesar dos avanços normativos, como a promulgação da Lei nº 14.611/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial entre homens e mulheres, os efeitos dessas medidas ainda se mostram incipientes e tardam a se materializar na realidade social e laboral. Tal constatação se torna ainda mais evidente quando analisada pela perspectiva da interseccionalidade, uma vez que mulheres negras continuam a ocupar os postos de trabalho mais precarizados e a receber as menores remunerações. Assim, a legislação, embora necessária, revela-se insuficiente diante de estruturas históricas de desigualdade de gênero e raça que persistem em limitar o pleno acesso dessas mulheres à justiça social e econômica.

Ações do poder público, como a Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, que estabelece a obrigatoriedade de incluir, nos currículos do ensino fundamental e médio, abordagens fundamentadas nas experiências e perspectivas femininas, evidenciam o reconhecimento formal da necessidade de revisão dos conteúdos escolares. Contudo, ao mesmo tempo, revelam a persistência da invisibilidade das conquistas das mulheres na história e na sociedade, uma vez que tais iniciativas buscam reparar lacunas produzidas por séculos de silenciamento e marginalização das vozes femininas, especialmente as vozes das mulheres negras. A instituição da semana de *Valorização das Mulheres que fizeram História*, ação a ser desenvolvida nas escolas de Educação Básica anualmente, na segunda semana do mês de março, reforça a importância de reconhecer, ouvir e celebrar as trajetórias de mulheres negras que contribuíram/em para a construção da sociedade.

Nesse sentido, acolher os relatos de mulheres negras egressas da Educação Básica, das décadas de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010, é fundamental para compreender, a partir dos casos individuais, as subjetividades que emergem dessa coletividade. Tais narrativas, quando analisadas à luz da escrevivência proposta por Conceição Evaristo (2003), permitem não apenas registrar experiências, mas também legitimar vozes historicamente silenciadas. Assim,



refletir sobre como o ato de enegrecer o feminismo ou feminizar a raça se configura como prática emancipatória do ser e do existir tornando-se ainda mais potente quando articulado à construção de currículos de Matemática[s] antirracistas e feministas.

## Referências

ASSIS, Dayane N. Conceição de. *Interseccionalidades* - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

BARRETO, Raquel de Andrade; Pamplona, Marco Antonio Villela. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. Rio de Janeiro, 2005, 128 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 01 de out de 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 1 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 1 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.611**, de 03 de julho de 2023. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

BRASIL. Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L14986.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L14986.htm)>>. Acesso em: 1 out. 2025

CARDOSO, Lourenço. *Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista*. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales, Doctorado en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud del Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la Universidad de Manizales y el Cinde, vol. 8, núm. 1, (janeiro-junho), 2010, p. 607-630.

CARINE, Bárbara. *Querido Estudante Negro*. 1ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CLANCE, Pauline Rose & IMES, Suzanne Ament, S. A. The imposter phenomenon in high achieving women: Dynamics and therapeutic intervention. *Psychotherapy: Theory, Research & Practice*, 15(3), p.241–247. 1978. disponível em:<https://doi.org/10.1037/h0086006>, acesso em 02 de out 2025.



DUARTE, Constância Lima, 1948 -; NUNES, Isabella Rosado (org); LOPES, Goya (il). *Escrivivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro, RJ: Mina Comunicação e Arte, 2020. 277p., il., 24 cm. ISBN 9786599254703.

EVARISTO, C. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

EVARISTO, Conceição (2007). Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos A. (org.) *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Salvador: EDUFBA, 2008.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MUNANGA, K. *A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil*. Estudos Avançados, v. 18, n. 50, 2004, p. 51-66.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Richard. *Maioria minorizada: um dispositivo analítico de racialidade*. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar.1983.

Poder360: Disponível em (<https://www.poder360.com.br/poder-economia/mulheres-recebem-22-a-menos-que-os-homens-diz-dieese/>) acesso em 1 de out de 2025.